

# **Algumas Reflexões sobre as Mudanças Introduzidas pelo Acordo Ortográfico de 1990**

Telmo Mória (CLUL, Universidade de Lisboa)

## **1. Introdução**

Neste trabalho, farei uma breve reflexão sobre as principais mudanças introduzidas pelo Acordo Ortográfico de 1990, procurando fundamentar a tese de que estas não constituem um rutura – antes estão em sintonia – com a tendência geral das mudanças gráficas após 1911, as quais constituem, na essência, um sacrifício da clareza em prol da simplicidade. Como tal, a generalidade de tais mudanças pode justificar-se na lógica interna do sistema, sem invocar argumentos de aproximação linguística entre os diversos países lusófonos. Esta questão, central, será desenvolvida ao longo da secção 3.

Na secção 2, introdutória, mostrarei – reiterando essencialmente aspetos discutidos e desenvolvidos em Mória (2011) – que o Acordo Ortográfico de 1990 mantém a existência de dois subsistemas gráficos distintos – um português e um brasileiro – isto é, mantém no essencial o *statu quo* à data da sua elaboração.

Na secção final 4, muito breve, sublinharei de forma esquemática – e retomando aspetos explorados mais minuciosamente em Mória (2008) – (i) que as mudanças introduzidas pelo Acordo trazem alguns problemas novos ao sistema ortográfico do português e (ii) que o Acordo deixa importantes questões gráficas em aberto, as quais podem ser assumidas como desafios para o futuro (e sobre as quais importará, em algum momento, tentar concertar normas).

## **2. Manutenção de dois sistemas gráficos distintos: o português e o brasileiro (Mória 2011)**

Como discuti com algum pormenor no trabalho acima referido, podemos considerar que o Acordo Ortográfico de 1990 mantém o *statu quo* existente à data da

sua criação, isto é, conserva a existência de dois (sub)sistemas gráficos distintos: um português e um brasileiro. Por outras palavras, não há uma “unificação ortográfica absoluta”, apenas uma maior aproximação dos dois subsistemas, que se mantêm diferentes. A novidade relativamente à situação anterior é que eles passam a estar subordinados a um texto normativo único (o Acordo de 1990), que admite variação gráfica dentro de determinados limites. A Nota Explicativa do Acordo de 1990 reconhece esta situação – cf. (1) – e indica as razões de fundo – a saber, diferenças inconciliáveis de pronúncia – para não se ter atingido a plena unificação – cf. (2).

- (1) “[...] o novo texto de unificação ortográfica [...] representa uma *versão menos forte* do que as que foram conseguidas em 1945 e 1986.” (Acordo Ortográfico de 1990, Nota Explicativa, 2, itálico meu)
- (2) “[...] não é possível unificar por via administrativa divergências que assentam em claras *diferenças de pronúncia*, um dos critérios, aliás, em que se baseia o sistema ortográfico da língua portuguesa.” (*ibid.*)

Em suma, certas diferenças de pronúncia entre Portugal e o Brasil correspondem necessariamente a diferenças gráficas, não sendo elimináveis num sistema de base fonética, como o nosso.

A forma de integrar a possibilidade de duas grafias (a portuguesa e a brasileira) num texto normativo único foi – aliás, de forma potenciadora de erros de interpretação, porque demasiado vaga – recorrendo ao conceito de facultatividade e, conseqüentemente, de grafias alternativas. Entre os exemplos de afirmações vagas do Acordo, refiram-se, por exemplo: “[o *c* e o *p*] conservam-se ou eliminam-se facultativamente” (Base IV, 1.º); “é facultativo assinalar com acento” (Base IX, 4.º) ou “levam acento agudo ou acento circunflexo” (Base IX, 3.º). Como é evidente, uma interpretação incondicional e irrestrita desta facultatividade resultaria em situações absurdas (ou pelo menos, indesejadas), como a possibilidade de coexistência de variantes num mesmo texto:

- (3) Criaram-se *expectativas*, mas essas *expetativas* foram defraudadas.

Assim, parece razoável assumir que uma aplicação de bom senso do Acordo implica regulamentar alguns casos mais genéricos, como as diferenças sistemáticas relevantes entre Portugal e o Brasil. A importância de salvaguardar o princípio de

que os cidadãos de um país não devem escrever de forma dissonante da sua pronúncia – e que, portanto, as formas alternativas não estão em variação totalmente livre – está subjacente à seguinte recomendação do *Plano de Ação de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa*, proposto para adoção pelo Conselho de Ministros da CPLP, em 31 de março de 2010:

- (4) “Nos pontos em que o Acordo admite grafias facultativas, é recomendável que a opção por uma delas [...] siga a tradição ortográfica vigente em cada Estado Membro, a qual deve ser reconhecida e considerada válida em todos os contextos de utilização da língua, em particular nos sistemas educativos.” (Plano de Acção de Brasília, 2010, III – 5, itálico meu)

Considerando todos estes aspetos, podemos concluir que o Acordo Ortográfico de 1990 estatui a manutenção *de facto* de um sistema gráfico em Portugal distinto daquele que vigora no Brasil. As principais diferenças (pós-1990) estão sintetizadas no quadro seguinte:

Diferenças (após 1990)		Portugal (exemplos)	Brasil (exemplos)
Diferenças no uso de consoantes	<i>c, p</i>	detecção receção	detecção recepção
	outras (e.g. <i>b, g, m</i> )	facto sumptuoso subtileza amígdala amnístia	fato (var. preferencial) suntuoso (var. preferencial) sutileza (var. preferencial) amídala (var. não preferencial) anístia
Diferenças na acentuação	antes de consoantes nasais ( <i>m, n</i> )	prémio xénon cómico	prêmio xênon cômico
	outras (menos sistemáticas)	puré vôlei	purê vôlei
Diferenças na pluralização de palavras terminadas em <i>n</i>		hífen <u>es</u> cólone <u>s</u>	hífen <u>es</u> ou hífen <u>s</u> cólone <u>s</u> ou cólon <u>s</u> (NB: às formas plurais em <i>-ns</i> não correspondem formas singulares – que seriam em princípio de esperar – em <i>-m, hífen</i> ou <i>cólon</i> )

Diferenças <b>estritamente gráficas</b> (ignoradas no Acordo e, portanto, não eliminadas)	<b>h</b> úmido por <b>que</b> (interr.)	ú <b>mi</b> do por <b>q</b> ue (interrogativo)
Outras diferenças (menos sistemáticas)	metr <b>o</b> ím <b>an</b>	metr <b>ô</b> ím <b>ã</b>

*Quadro 1. Súmula simplificada das principais diferenças gráficas entre Portugal e o Brasil após o Acordo Ortográfico de 1990 (com diferenças novas nas células sombreadas)*

Quando se comparam os sistemas gráficos português e brasileiro que resultaram da aplicação do Acordo de 1990, há pois pelo menos quatro situações distintas que importa destacar:

**A. Identidades que se mantêm, mas com mudanças nos dois países** (casos que podemos classificar de “reforma” mais do que propriamente “acordo”); é o que acontece, por exemplo, com as formas resultantes da aplicação das novas normas de uso do hífen ou de maiúsculas / minúsculas – e.g. *neorrealismo*, *autoestrada*; *sobre-excitar*; *setembro*;

**B. Identidades novas**, por e.g. supressão de consoantes mudas, acentos ou trema, num dos países – e.g. *ação*, *batizar*; *voo*, *ideia*; *delinquente*; o estabelecimento destas identidades novas é a razão última da elaboração do Acordo e a situação que ele mais procurou potenciar;

**C. Diferenças antigas que se mantêm**, por corresponderem – tipicamente – a diferenças inconciliáveis de pronúncia que têm de ter uma expressão gráfica no nosso sistema ortográfico de base fonética – e.g. *facto* / *fato*, *amnístia* / *anístia*; *fenómeno* / *fenômeno* (cf. Quadro 1, acima); incluem situações que só revisões mais radicais da ortografia (como as propostas em 1987 e posteriormente rejeitadas) poderiam eliminar;

**D. Diferenças novas que são introduzidas**, ao arrepio do que era a intenção geral (unificadora) do Acordo; trata-se de um efeito possivelmente indesejado, mas que decorre necessariamente do princípio de que a manutenção das consoantes *c* e *p* tem de ter exclusivamente uma justificação fonética; assim, por exemplo, todas as palavras que contêm consoantes *c* e *p* sempre (ou preferencialmente) pronunciadas no Brasil, onde se mantêm, e sempre (ou preferencialmente) mudas em Portugal, onde caem, como *recepção* / *receção*, passam ter

duas grafias distintas no Brasil e em Portugal em consequência da entrada em vigor do Acordo de 1990.

Exploremos com um pouco mais de pormenor as mudanças realizadas. Entre as identidades novas introduzidas pelo Acordo de 1990, sobressaem:

– formas unificadas por mudanças portuguesas; e.g. todas as palavras com as consoantes mudas *c* e *p*, que já não se escreviam no Brasil e deixam de se escrever em Portugal

(5) ator, coleção, projeto, noturno [perda de *c*]

(6) batismo, exceção; otimismo (pref. no Brasil<sup>114</sup>) [perda de *p*]

– formas unificadas por mudanças brasileiras; e.g. todas as palavras que perderam o acento ou o trema no Brasil, passando a escrever-se como atualmente se escrevem em Portugal

(7) enjoo, voo; assembleia, ideia, epopeico [perda de acento]

(8) delinquente, linguística, arguido [perda de trema]

Entre as diferenças novas introduzidas pelo Acordo de 1990, destacam-se:

– formas inexistentes no Brasil que passam a ser as únicas válidas em Portugal [cf. VABL 2009, Houaiss 2001; VPLP 2010]

(9) deteção, prospeção; cato, defetivo [manutenção de *c* no Brasil]

(10) aceção, conceção, contraceção, deceção, perceção, receção;

interceptar, perentório, rutura [manutenção de *p* no Brasil]

– formas não preferenciais no Brasil que passam a ser as únicas válidas em Portugal<sup>115</sup> [cf. VABL 2009, Houaiss 2001; VPLP 2010]

(11) circunspeção, fação, infeção, introspeção; aspeto, conjetura, detetar, fletir, perspetiva, retrospectiva [manutenção preferencial de *c* no Brasil]

(12) ótica [manutenção preferencial de *p* no Brasil]

<sup>114</sup> O VABL 2009 regista as formas *otimismo* e *optimismo*. Segundo HOUAISS 2001, a forma *otimismo* é preferencial (sendo a alternativa, *optimismo*, registada num verbete que contém apenas remissão para a forma sem *p*).

<sup>115</sup> O VABL 2009 regista as formas com e sem consoante (com exceção de *ótica*, que só ocorre na forma *óptica*; HOUAISS 2011, porém, regista também *ótica*, como sinónimo [brasileiro] de *óptica*). Segundo HOUAISS 2001, as formas sem consoante são preferenciais (sendo as alternativas registadas em verbetes que contém apenas remissão para essas formas).

As diferenças introduzidas, em conjugação com as diferenças antigas que se mantêm, impedem – como já foi dito – uma “unificação ortográfica” plena dos dois sistemas. Não impedem, no entanto, que haja uma maior aproximação entre eles, a qual se verifica, de facto, e resulta do peso das “identidades novas” (exemplificadas em (5)- (8) acima).

Dado que a aproximação entre subsistemas gráficos – potencialmente vantajosa em situações de relativa formalidade (como a redação de tratados internacionais ou a publicação de obras de carácter científico e didático) – é frequentemente invocada como o argumento principal de defesa do Acordo Ortográfico de 1990, parece interessante tentar quantificar essa aproximação para textos de tipo relevante. Tal tarefa permitirá perceber melhor as eventuais vantagens obtidas com o Acordo (em termos de convergência de práticas de escrita). No *excursus* que se segue, proponho um pequeno contributo para esta avaliação, fazendo um exercício de análise comparativa com um texto publicado no Brasil em conformidade com o Acordo de 1990.

### ***Excursus. Medida da aproximação gráfica Portugal-Brasil*** **(através da análise de um texto)**

- Texto considerado: Richard Dawkins, *The Greatest Show on Earth*, 2009; tradução brasileira (*O Espetáculo da Vida*), Companhia das Letras, 2009, com menção “grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990”. Segmento analisado: 1.º capítulo, 15 páginas, 476 linhas,  $\pm$  6000 palavras. Tipo de registo: tradução, texto de divulgação científica, registo neutro / formal (onde se espera uma variação gráfica próxima do mínimo permitido pelo sistema).
- Expectativa: grande aproximação gráfica potenciada pelo Acordo de 1990 (face à grafia em vigor anteriormente).
- Resultados verificados (comentados abaixo): aproximação de 25%, tendo em conta aspetos estritamente gráficos (0,6%, considerando a totalidade de  $\pm$  6000 palavras do segmento analisado).

Observando a tradução do primeiro capítulo da obra referida acima, e tendo em conta apenas aspetos de variação gráfica, relativamente ao que seria a grafia portuguesa pós-1990, contabilizam-se:

**A.** Identidades novas: 65 instâncias, envolvendo 26 itens distintos (número de ocorrências superiores a 1 indicadas entre parênteses retos)

- 57 devido a mudanças portuguesas (88%): *ação*, *afetar*, *ativo* / *ativamente* [3], *atual* / *atualmente* [5], *caráter* [2], *coletivo* [2], *corretamente*, *detetive* [4], *dialeto*, *didático*, *direção*, *(in)direto* [6], *distração*, *efetivo* / *efetivamente* [7], *exatidão* [2], *exato*, *exceção* [4], *exceto*, *ótimo*, *reação*, *retaguarda*, *reto* [2], *seleção* [8];
- 8 devido a mudanças brasileiras (12%): *européia*, *ideia* [6]; *tranquilidade*.

**B.** Diferenças mantidas: 54 instâncias, envolvendo 7 itens / regras distintos

- 43 diferenças na grafia de consoantes mudas: *contato*, *fato* [42];
- 10 diferenças de acento: *atônito*, *fenômeno* [4], *prêmio*; pretéritos perfeitos com terminação *-amos* [4];
- 1 diferença na grafia de *por que* interrogativo.

**C.** Diferenças introduzidas: 28 instâncias, envolvendo 4 itens distintos

- 28 diferenças na grafia de consoantes mudas: *acepção* [16], *conjectura* / *conjectural* [9], *perspectiva*, *respectiva* [2].

Assim, para adequar a tradução brasileira à grafia esperada em Portugal, é relevante considerar 147 (= 65 + 54 + 28) instâncias gráficas. Antes do Acordo de 1990, seria necessário mudar 119 dessas instâncias (81% de 147 ou 2% do total de ± 6000 palavras), referidas em A e B; as restantes 28 (respeitantes a diferenças agora introduzidas, referidas em C) não precisariam de ser mudadas. Após o Acordo de 1990, seria necessário mudar 82 dessas instâncias (56% de 147 ou 1,4% do total de ± 6000 palavras), referidas em B e C; só as restantes 65 (respeitantes a identidades agora introduzidas, referidas em A) não precisariam de modificação. Assim, os ganhos comparativos são de 37 itens (119 – 82), ou seja, 25% de 147 ou 0,6% de 6000<sup>116</sup>. É perante números deste tipo que faz sentido perguntar: compensam eles os custos da mudança ortográfica?

<sup>116</sup> Naturalmente, para adequar plenamente o texto brasileiro à variante portuguesa, importaria considerar a variação gramatical (que no tipo de registo em apreço tem, possivelmente, uma dimensão próxima do mínimo possível). No capítulo analisado, foram identificadas pelo menos 94 diferenças gramaticais (morfológicas, lexicais, sintáticas) que careceriam de adaptação na versão portuguesa, a saber, diferenças: (i) em contrações gráficas (*em uma* vs. *numa*) [4]; (ii) no uso de definido antes de

### 3. Mudanças de 1990 justificadas na lógica interna do sistema

Independentemente da maior ou menor aproximação dos sistemas gráficos português e brasileiro, importa sublinhar que as mudanças consagradas no Acordo de 1990 estão em sintonia com o sentido das mudanças realizadas na ortografia portuguesa a partir de 1911, e não vão ao arrepio destas, por algum tipo de concessão injustificável, ao contrário do que alguns detratores do Acordo pretendem fazer crer.

Com efeito, a Reforma Ortográfica de 1911 – momento fundador da ortografia oficial portuguesa –, estatuiu a clareza (da leitura) como pilar essencial do sistema ortográfico (de base fonética) que estava a ser proposto:

- (13) “A Comissão nem por um momento perdeu de vista que a primacial vantagem de uma ortografia oficial é *favorecer o ensino fácil da leitura e da escrita* [...].»; «Um bom sistema de acentuação deve ser tal que, ou a sílaba predominante se assinale na escrita ou não, *quem lê nenhuma hesitação possa ter* sobre qual seja essa sílaba. Com o sistema proposto pela Comissão é satisfeito *este preceito fundamental* [...].” (Reforma Ortográfica de 1911, Relatório da Comissão, *itálicos meus*)

A clareza – que se procurou maximizar em 1911 – encontra-se obviamente num delicado jogo de equilíbrio com a simplicidade. Maior clareza (por exemplo, através do uso de diacríticos) implica menor simplicidade, na medida em que aumenta o número de símbolos a usar. Os reflexos do primado da clareza na ortografia podem ser detetados em múltiplos aspetos da ortografia, de que destacarei aqui cinco:

---

possessivo (e.g. *em seus* vs. *nos seus*) [38]; (iii) na ordem dos clíticos (e.g. *se recusam* vs. *recusam-se*) [12]; (iv) no uso do gerúndio (e.g. *estão brincando* vs. *estão a brincar*) [7]; (v) no uso de *bare plurals* (e.g. *humanos conviveram com dinossauros* vs. *os humanos conviveram com os dinossauros*) [2]; (vi) em itens lexicais (e.g. *experimento, hádron, porcentagem, câmara, basquete, classe* [PE *turma*], *quicar, registrar, em cores* [19, envolvendo 15 itens distintos], (vii) na flexão verbal / *particípios* passados (e.g. *aceito* vs. *aceite* [3]; (viii) de outros tipos [9 (pelo menos)]. Se adicionarmos 94 aos números referidos no parágrafo anterior, obtemos os seguintes valores (para uma adequação da tradução brasileira à gramática+grafia em Portugal pós-1990): 241 (147 + 94) instâncias relevantes; antes de 1990, seria necessário mudar 213 (88% de 241); após 1990, seria necessário mudar 176 (73% de 241), com ganhos comparativos de 15%.



- A. sinalização gráfica da diferença hiato-ditongo;
- B. sinalização gráfica da nasalidade de vogais antes de *m* e *n*;
- C. sinalização gráfica da leitura de *u* nas sequências *gue*, *gui*, *que*, *qui*;
- D. sinalização gráfica das diferenças de altura de vogais orais em homófonos heterofónicos: *a* ([a] / [ɐ]), *e* ([ɛ] / [e] / [i]), *o* ([ɔ] / [o]);
- E. sinalização gráfica do acento (em sílabas tónicas ou subtónicas).

Podem ainda ser detetados no uso de consoantes mudas, que são utilizadas polifuncionalmente (entre 1911 e 1990), em especial: (i) para sinalização da abertura de vogal precedente (*a*, *e*, *o*), geralmente em sílaba não tónica, onde se pode considerar que têm um valor diacrítico (comparável ao que já tiveram os acentos graves) – e.g. *activo*, *baptismo*; *director*, *excepção*; *nocturno*; (ii) para harmonizar palavras etimologicamente relacionadas, mostrando que o sistema desenhado em 1911 (e mantido, neste aspeto, em 1945), apesar de ser de base fonética, integra também aspetos não funcionais – e.g. *abstracto* (como *abstracção*), *arquitecto* (como *arquitectura*); *Egipto* (como *egípcio*); *ártico* (como *Arcturo*); *caquéctico* (como *caquexia*).

Todos os momentos de mudança ortográfica posteriores a 1911 implicaram simplificações (i.e. abandono da sinalização gráfica de diferenças fonéticas), sacrificando-se a clareza em prol da simplicidade. Isto aconteceu, desde logo, em 1931, com o primeiro Acordo Ortográfico Portugal-Brasil (que consistiu essencialmente, na adoção pelos brasileiros da ortografia criada em Portugal em 1911, ligeiramente alterada em 1920), em 1945, com o segundo Acordo Ortográfico Portugal-Brasil, em 1971 / 1973, com as ligeiras mudanças unilaterais realizadas no Brasil e em Portugal (que permitiram uma aproximação dos dois subsistemas gráficos), e, finalmente, em 1990, com o terceiro Acordo Ortográfico (entre Portugal, Brasil e restantes países soberanos de língua oficial portuguesa). 1990 não é assim exceção, antes segue a tendência simplificadora geral da ortografia portuguesa do último século. Importa sublinhar que, geralmente, as simplificações realizadas tiveram custos (mais ou menos pesados): e.g. dificuldades de leitura resultantes da ambivalência das grafias ou eventuais efeitos – sempre indesejados – de retorno do escrito sobre o oral. 1990 também não é exceção neste aspeto: as mudanças estão a ter custos, tal como os tiveram as anteriores simplificações, em 1931, em 1945 ou em 1973.

Considerarei seguidamente – de forma esquemática – algumas das principais modificações que ilustram o sacrifício da clareza em prol da simplicidade, nas várias datas-chave referidas, nos aspetos gráficos listados acima. Chamarei a atenção para alguns custos relevantes dessas alterações (dificuldades de leitura, efeitos sobre o oral), que demonstram que 1990 não tem um carácter excecional.

### A. Sinalização gráfica da diferença hiato-ditongo

1911: a diferença era marcada em posição tónica e não tónica

(14) tónica: *balaústre, país, cafeína; paúl, atribuíu* (pré-1945)

(15) não tónica: *balaiustrada, paisagem, descafeinado* (pré-1945)

1945: eliminou-se a distinção em posição não tónica

(16) não tónica: *balaustrada, paisagem, descafeinado* (pós-1945)

1945: eliminou-se a marcação redundante em posição tónica, que acontecia, por exemplo antes de *l* final de sílaba (que nunca é precedido de ditongo) ou *iu* precedido de *u* (já que nunca se pode fazer a divisão silábica *ui-u*)

(17) tónica: *paul, atribuiiu*

Consequências: (i) dificuldades de leitura (em palavras pouco comuns) – *cauaçu* vs. *agauchar-se* (no primeiro caso *au* representa um ditongo e no segundo um hiato, situação anteriormente distinguida com trema, *aiü*); (ii) possível correlação com mudança fonética de hiato para ditongo ocorrida em algumas palavras – cf. transcrições fonéticas do DACL 2001 para e.g. *balaustrada* ou *paisagem* (unicamente com ditongo).

### B. Sinalização gráfica da nasalidade de vogais antes de *m* e *n*

1911: a diferença era sempre marcada, através da consoante *m* ou *n* (que surgia, assim, duplicada)

(18) *immergir, inovação; emmagrecer, ennegrecer* (pré-1945)

(19) *connosco* [PE]

1945: eliminou-se a marcação da nasalidade nos prefixos *em / en* e *im / in*

(20) *imergir, inovação; emagrecer, enegrecer* (pós-1945)

Consequências: possível correlação com a perda de nasalidade dos prefixos em causa nas palavras do tipo de (20) – cf. Castro & Duarte (1987: 46-47).

### C. Sinalização gráfica da leitura de *u* nas sequências *gue, gui, que, qui*

1911: a leitura de *u* era sempre sinalizada

(21) tónica: *adeqúe, (tu) argúis* (pré-1990)

(22) não tónica: *adeqüemos, lingüista, qüinquênio* (pré-1945)

1945: eliminou-se a marca de leitura em posição não tónica

(23) não tónica: *adequemos, linguista, quinquênio* (pós-1945)

Consequências: (i) dificuldades de leitura (em palavras pouco comuns) – e.g. etnónimo *Caboqueñas* vs. topónimo *Aquisgrano* (no primeiro caso o *u* não é pronunciado e no segundo é, situação anteriormente distinguida com trema, *qüis*); (ii) possível correlação com mudança fonética (emudecimento de *u*) ocorrida em algumas palavras – cf. transcrições fonéticas do DACL 2001 para e.g. *quinquênio* ou *quinquagésimo* (unicamente sem leitura de *u* antes de *e / i*).

1990: eliminou-se a marca de leitura em posição tónica

(24) *adeque, (tu) arguis* (pós-1990)

Esta última mudança está em sintonia com o sentido das mudanças já ocorridas!

### D. Sinalização gráfica da diferença de abertura de vogais orais em homófonos heterofónicos: *a* ([a] / [ɐ]), *e* ([ɛ] / [e] / [i]), *o* ([ɔ] / [o])

1911: a diferença era sinalizada em todos os pares de palavras

(25) pares sem palavras átonas: *este / êste, sede / sêde; corte / côrte, tola / tôla* [mas *tolo*] (pré-1945)

(26) pares ou trios com uma das palavras átona: *para / pára, pelo / pêlo / pélo, polo [ant.] / pôlo / pólo; por / pôr* (pré-1990)

1945: eliminou-se a distinção para pares sem palavras átonas (no Brasil, por mudança unilateral nos anos 1970)

(27) *este / este, sede / sede, corte / corte, tola / tola* (pós-1945)

Consequências: (i) (fortíssimo) aumento da homografia; (ii) dificuldades de leitura (em palavras pouco comuns) – e.g. etnónimo *Medos* (com *e* semiaberto, [ɛ], anteriormente distinguível de *mêdos*).

1990: eliminou-se a distinção nos restantes casos (com exceção de *pôr*)

(28) *para / para, pelo / pelo / pelo, polo [ant.] / polo / polo* (pós-1990)

Consequências: (i) (ligeiro) aumento da homografia; (ii) possíveis vantagens didáticas na harmonização de formas (*pera* / *peras*, em vez de *pêra* / *peras*).

Esta última mudança está em sintonia com o sentido das mudanças já ocorridas!

### **E. Sinalização gráfica do acento (em sílabas tónicas ou subtónicas)**

1911: as sílabas tónicas (e bem assim as subtónicas, de modo afim) eram sinalizadas num sistema de complementaridade graves-agudas, ainda em vigor atualmente

(29) *sabia* / *sabiá*; *leve* / *café* / *você* ; *táxi* / *rubi*; *euro* / *avó* / *avô*; *ónus* / *tabus*; *órfã* / *romã*, *órgão* / *canção*, *fórum* / *atum*; *homem* / *alguém*; *útil* / *funil*, *éter* / *mulher* [sílabas tónicas]

(30) *cafézinho*, *avôzinho*, *útilmente* [sílabas subtónicas]

1973: eliminou-se a marcação da sílaba subtónica

(seguindo mudança prévia idêntica, unilateral, no Brasil)

(31) *cafezinho*, *avozinho*, *utilmente* (pós-1973)

Consequências: (i) ligeiro aumento da homografia – e.g. *avozinho* (de *avo* e *avô*), *babazinha* (de *baba* e *babá*); (ii) dificuldades de leitura (em palavras pouco comuns) – e.g. *nacarzinho* (de *nácar*), *damarzinho* (de *dâmar*), *alcarzinho* (de *alcar*).

1990: eliminaram-se os acentos redundantes, que não distinguem diferentes possibilidades de leitura (no sistema de complementaridade graves-agudas)

(32) *voo*, *enjoo*; *veem*, *deem*, *leem*, *creem* (pós-1990)

Como se verifica, esta mudança está em sintonia com o sentido geral das mudanças já ocorridas e é, aliás, mais congruente com as propriedades gerais do sistema (que evita marcações redundantes)!

Consideremos agora a questão (relativamente complexa) do **uso de consoantes mudas**, que – como já foi dito – servia essencialmente os propósitos de sinalização da abertura de vogal precedente (valor diacrítico) ou de preservação da simetria entre palavras da mesma família.

1911: eliminou-se a maioria das consoantes mudas, em obediência ao princípio da simplicidade e atendendo à base fonética do sistema (sendo mantidas apenas em casos excepcionais, que serão descritos adiante)

(33) *diccionário, auctor, prompto, damno, cabelo* (pré-1911)

Consequências da manutenção excecional de consoantes mudas: (i) dificuldades de leitura (principalmente em palavras pouco comuns no registo oral) – e.g. *cep-tro* (*p* preferencialmente mudo; cf. grafia única pós-1990, *ctro*); *espectro* / *séptuplo* (*c* e *p* mudos, respetivamente, segundo a Base VI, 4º, do Acordo de 1945, estando essa consoante presente devido a analogia com formas da mesma família, como *espectral* ou *septuplicar*, onde a consoante se preserva por ter valor diacrítico); (ii) possível correlação com mudanças fonéticas (e.g. prolação de consoantes supostamente mudas) ocorridas em algumas palavras – cf. transcrição fonética do DACL 2001 para *séptuplo* (unicamente com prolação do *p*).

1931: eliminou-se o *s* mudo da sequência inicial *sc*, que fora mantido em 1911

(34) *scena, ciência* (pré-1931)

1945: não se introduziram mudanças significativas no uso das consoantes mudas

1990: eliminaram-se todas as consoantes mudas, ou seja, revogaram-se todos os casos excecionais introduzidos em 1911 e mantidos em 1945, a saber, casos de:

(i) oscilação entre prolação e emudecimento, quer entre Portugal e o Brasil, quer apenas num dos países;

(ii) valor diacrítico, sinalizando a abertura de vogal (geralmente átona) precedente

(35) *acção; direcção, corrector; adoptar, baptismo* (pré-1990)

note-se, de passagem, que este tipo de sinalização (a) foi abolido em 1945 para pares como *sêde* / *sede* ou *côrte* / *corte* (revogando a grafia instituída pela Reforma de 1911), (b) é geralmente inútil no Brasil, onde não se articulam vogais fechadas ou semifechadas nos contextos relevantes, (c) não tem validade universal mesmo em Portugal, onde é possível (*c*<sub>1</sub>) ter vogais abertas ou semiabertas em contextos comparáveis, sem presença das consoantes mudas – cf. e.g. *colação*, *ilação*, *inflação*, *repleto*, *supletivo* –, e (*c*<sub>2</sub>) ter vogais fechadas ou semifechadas em contextos comparáveis, com presença das consoantes mudas – cf. e.g. *actua-lidade*, *actividade*, *lacticínio*;

(iii) preservação da semelhança gráfica entre palavras da mesma família

(36) *ártico, caquético, eléctrico* (pré-1990)

note-se que a preservação em causa não tem aplicação universal, sendo reconhecidas (já desde 1911) divergências em grupos do tipo *erva* / *herbicida*, *sono* /

*insomne, assunção / assumptivo*, e assenta por vezes em requisitos culturais muito específicos, que não permitem à generalidade dos falantes identificar “famílias”, como em *Arcturo* (nome de estrela, com *c* articulado) / *ártico* (com *c* mudo), *caquexia* (termo médico pouco comum, com *x=cs*) / *caquético* (termo relativamente comum, com *c* mudo).

Instituiu-se assim, em 1990, um critério de base estritamente fonética para o uso de *c* e *p*, que está em sintonia com o sentido das mudanças já ocorridas!

A eliminação total do uso de consoantes mudas em 1990 teve diversas consequências, umas claramente positivas, outras potencialmente mais negativas. Destacam-se: (i) a eliminação de dificuldades de leitura (em palavras pouco comuns no registo oral) – e.g. *cetno* (sem *p*); (ii) a introdução de simetria entre conjuntos de palavras com leitura semelhante, com potenciais vantagens didáticas: e.g. *reta* como *meta* ou *seta*, *jato*, como *lato* ou *mato*, *corretivo* como *supletivo*, *contração* como *inflação*, *laticínio* como *vaticínio* (evitando-se, suplementarmente, a tendência para erros ortográficos por adição indevida de consoantes mudas, como em *inflacção* ou *extracto*); (iii) o aumento (ainda que ligeiro) da homografia (mas, como vimos atrás, outras mudanças também tiveram este resultado, e até em grau muito superior) – e.g. *corretor* (antes *corrector* e *corretor*), *espetador* (antes *espectador* e *espetador*); (iv) a manutenção ou a introdução de diferenças entre Portugal e o Brasil (cf. exemplos discutidos na secção 1 acima), que não articulam de forma idêntica as consoantes em causa (mas muitas destas diferenças já existiam *de facto*, visto que a grafia brasileira seguia normas distintas da portuguesa); (v) a introdução de variação gráfica (inexistente até à data) em Portugal, já que nem todos os falantes articulam de forma idêntica as consoantes relevantes, em certos itens lexicais: e.g. *acupuntura* / *acupuntura*, *dactilografia* / *datilografia*, *expectativa* / *xpetativa*, *noctívago* / *notívago*; trata-se de uma situação nova em Portugal, mas com que o Brasil já convivia há muito; (vi) em relação com a alínea anterior, o surgimento de dúvidas (nos falantes) quanto à grafia a adotar, resultantes de dúvidas quanto à articulação (que, por vezes, envolve variação intraindividual): *caracteres* ou *carateres*, *característico* ou *caraterístico*? Importa sublinhar que a variação gráfica de que estamos a falar é um reflexo de variação fonética e que esta é um facto da língua que não compete à ortografia tratar. Trata-se de uma variação comparável à que existe noutros casos (que o Acordo de 1945 não tentou

subsumir em grafias únicas), considerados de «variantes fonéticas de uma mesma palavra» (e não, acertadamente, de «grafia dupla») – e.g. *touro* / *toiro*, *louça* / *loiça*; *espécimen* / *espécime*; *frenesim* / *frenesi*; *terremoto* / *terramoto*; *bêbado* / *bêbedo*.

(37) “Não se consentem grafias duplas ou facultativas. (...) *Não se consideram grafias duplas as variantes fonéticas e morfológicas de uma mesma palavra.*” (Acordo de 1945, Doc. n.º 1, Parte primeira, III, itálico meu)

Discutivelmente, a nova regulamentação do uso de consoantes mudas é a questão principal que motiva o Acordo de 1990 (juntamente com a eliminação do trema no Brasil e com outras questões – e.g. pequenas diferenças de acentuação, reforma do uso do hífen e das maiúsculas – que possivelmente não seriam suficientes para ter desencadeado só por si o processo de mudança ortográfica). Nesse sentido, ela é em grande medida responsável pelas seguintes consequências, que importa sopesar com as vantagens da aproximação gráfica (de aproximadamente 25% ou 0,6%, referidas no *excursus* acima): (i) tornar obsoleta, de um ponto de vista gráfico, toda a edição bibliográfica realizada em Portugal nos últimos 70 anos, e que constituiu o grosso das nossas bibliotecas públicas e privadas; (ii) levar as gerações atuais a uma situação de convivência com dois sistemas gráficos (o antigo e o novo), como efeitos gráficos perniciosos, ainda que possivelmente transitórios<sup>117</sup>; como docente da disciplina de Produção do Português Escrito, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em 2014-2015, pude contactar de perto com a redação de textos por alunos que estão na fase de transição gráfica (tendo uma percentagem significativa deles adotado já as convenções do Acordo de 1990, ainda que não tenham feito a sua aprendizagem da escrita com ele); observando os textos destes alunos universitários, podem identificar-se algumas situações curiosas, a saber: (a) casos numerosos de “mistura de sistemas”, quer nos

<sup>117</sup> Não há obviamente garantia de que esta situação de “mistura” de grafias (e interferência entre elas) venha a ser resolvida brevemente, já que o acervo das bibliotecas públicas se mantém à disposição dos utentes e não se antevê que as bibliotecas privadas sejam renovadas de um momento para o outro. Mesmo quem já aprendeu segundo o novo Acordo continuará a conviver com textos escritos na grafia antiga previsivelmente durante muitas décadas.

alunos que usam o Acordo de 1945 quer nos que usam o de 1990, sublinhe-se (e.g. ocorrência de formas como *arquitectura* e *arquitetura* nos mesmos textos); (b) registo de novos erros ortográficos, por adição de consoantes (espúrias), nos alunos que usam o Acordo de 1945 – e.g. *aflicto*, *aflicção*; (c) registo de novos erros ortográficos, por desconhecimento adequado das mudanças, nos alunos que usam o Acordo de 1990 – e.g. *manteem* (por analogia com *veem?*). Ou seja, a situação gráfica atual (em Portugal) apresenta diversos problemas novos, que não se antevê facilmente como (ou quando) irão ser eliminados.

#### 4. Questões em aberto e desafios para o futuro (Mória 2008)

Como discuti com algum pormenor no trabalho acima referido, o Acordo de 1990 não é totalmente claro em diversos aspetos gráficos, podendo gerar interpretações diversas ou disputas. Entre os exemplos mais relevantes – que colocam, aliás, questões de tipo diverso – contam-se: (i) a validade das formas de pretérito em *-amos* (a par de *-ámos*) em Portugal, onde existe acentuada variação regional de pronúncia; (ii) as condições em que se pode usar *k* (em vez de *c* ou *qu*) em palavras de origem africana, relativamente às quais o Acordo dá indicações contraditórias; (iii) as condições em que se pode usar *k*, *w* ou *y* em topónimos e gentílicos – e.g. serão válidas, como grafias portuguesas, Rwanda (a par de Ruanda) e Kenya (a par de Quénia), como Kwanza e Malawi?

Além disso, as disposições do Acordo não permitem lidar agilmente com os desafios colocados pela importação maciça de termos estrangeiros, particularmente de origem inglesa. Há uma ausência total de normas para regulamentar essa grafia. Exemplos: (i) em que casos é que [ʃ] corresponde a *ch* e a *x*? – cf. *xintismo*, *xequê*, *xerife*, *Hiroxima*, *Xiva*, *xampu* / *champô*, *flechebeque* [VABL 2009], *Bangladeche*; (ii) é defensável introduzir (em futuros acordos) a possibilidade da acentuação sobresdrúxula para aportuguesar substantivos como *marketing* (*márquetingue*), *catering* (*quêiteringue*) ou *jupiters* [“planetas gasosos fora do sistema solar”] (*júpiteres*), ou para grafar pronúncias muito difundidas (e aparentemente já estabilizadas), como *séniores* ou *júniiores*?



## 5. Breves conclusões

As normas ortográficas cumprem funções de codificação escrita das línguas e têm propriedades particulares que as distinguem das normas linguísticas (isto é, gramaticais) propriamente ditas. Aquelas são objeto de convenção arbitrária (legislada, no nosso caso), na procura da máxima eficácia da codificação; estas são intrinsecamente mais voláteis, obedientes a mecanismos próprios e não legisláveis, na medida em que integram sistemas dinâmicos (sujeitos a mudança linguística contínua) e extremamente diversificados (nos seus aspetos dialetais, socioletais e até idioletais). Não há sistemas ortográficos perfeitos, apenas arranjos mais ou menos eficazes no equilíbrio que conseguem estabelecer entre os vários fatores atendíveis: e.g. simplicidade, clareza, tradição, funções sociais da escrita. Na minha opinião, o Acordo Ortográfico de 1990 não traz mudanças significativas na eficácia com que codifica graficamente a língua. O impacto global é relativamente exíguo – como procurei demonstrar –, podendo apontar-se-lhe diversas vantagens e desvantagens. Independentemente da paixão que o assunto desperta, importa avaliar o impacto das mudanças realizadas, na procura de uma ortografia progressivamente mais eficaz e atenta aos desafios atuais que se lhe colocam.

### Bibliografia

#### *Dicionários e vocabulários (com abreviaturas usadas no texto)*

- [DACL 2001] *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa*, Editorial Verbo, Lisboa, 2001.
- [HOUAISS 2001] *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, Editora Objetiva, Rio de Janeiro, 1.ª edição, 2001.
- [VABL 2009] *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, Academia Brasileira de Letras, São Paulo: Global Editora, 5.ª edição, 2009.
- [VPLP 2010] *Vocabulário Ortográfico do Português*, divulgado no Portal da Língua Portuguesa ([www.portaldalinguaportuguesa.org](http://www.portaldalinguaportuguesa.org)), do Instituto de Linguística Teórica e Computacional (ILTEC), adotado para efeitos da aplicação do Acordo de 1990 em documentos oficiais e no sistema de ensino por Resolução do Conselho de Ministros n.º 8/2011, Diário da República, 1.ª série, n.º 17, de 25 de Janeiro.

### Outras referências

- CASTRO, IVO & Duarte, Inês. 1987. “Comentário do Acordo”, in *A Demanda da Ortografia Portuguesa*, Lisboa: Edições João Sá da Costa, 13-89.
- MÓIA, Telmo. 2008. “Neologia e Ortografia – Desafios da Incorporação de Estrangeirismos no Sistema Gráfico do Português”, comunicação apresentada na mesa-redonda «A

Neologia, a Norma e a Mudança Linguística», Jornada de Neologia, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 9-12-2008. Texto não publicado divulgado em:

[http://clul.ulisboa.pt/sites/default/files/comunicacoes/tmoia\\_JornadaNeologia2008.pdf](http://clul.ulisboa.pt/sites/default/files/comunicacoes/tmoia_JornadaNeologia2008.pdf)

MÓIA, Telmo. 2011. “Acordo Ortográfico de 1990: o que Muda e o que se Mantém”, apresentação feita em sessão de informação e sensibilização sobre o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, 14-12-2011. Texto (Power-Point) não publicado divulgado em:

[http://clul.ulisboa.pt/sites/default/files/comunicacoes/tmoia\\_FCUL2011.pdf](http://clul.ulisboa.pt/sites/default/files/comunicacoes/tmoia_FCUL2011.pdf)